



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO PMCA Nº 080/2026

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

Ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas;

Venho por meio do presente, em atendimento à obrigação legal de prestação de contas anuais, encaminhar, a este Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos relativos à prestação de contas do Município de Campo Alegre do exercício de 2025, devidamente elencados no sumário que segue em anexo, declarando, para os devidos fins, a veracidade de seu conteúdo.

Campo Alegre, 23 de Abril de 2026.

PAULINE DE
FATIMA PEREIRA
ALBUQUERQUE:9
0308247434

Assinado de forma digital por
PAULINE DE FATIMA PEREIRA
ALBUQUERQUE:90308247434
Dados: 2026.04.23 17:06:21
-03'00'

Pauline de Fátima Pereira Albuquerque

Prefeita do Município de Campo Alegre

Anexo I – Relação de documentos que devem compor a Prestação de Contas de Governo Municipal

ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
1	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
2	Declaração informando o nome, CPF e endereço residencial de cada um deles e o respectivo período de ocupação do cargo, na hipótese de mais de um ocupante do cargo de Prefeito Municipal no exercício.	
3	Declaração informando todas as unidades orçamentárias consolidadas na prestação de contas (incluindo Poder Legislativo, todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo e todos os fundos e consórcios municipais).	
4	Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Modelo I, devidamente preenchido.	Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015 e os respectivos Anexos
5	Anexo 1 - Demonstração das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
6	Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
7	Anexo 2 - Natureza da Despesa por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
8	Anexo 6 - Programa de Trabalho.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
9	Anexo 7 - Programa de Trabalho do Governo -Demonstrativo das funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
10	Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme Vínculo com os Recursos.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
11	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
12	Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do exercício corrente.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
13	Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
14	Anexo 12 - Balanço Orçamentário, incluindo os Quadros da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados, acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	LF nº 4.320/64, MCASP vigente para o exercício e RN nº 02/03 TCE/AL
15	Anexo 13 - Balanço Financeiro, acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras.	LF nº 4.320/64, MCASP vigente para o exercício e RN nº 02/03 TCE/AL

16	Anexo 14 - Balanço Patrimonial (consolidado), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício. O Balanço Patrimonial é composto pelo Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando detalhamento por Fonte de Recursos; Quadro das Contas de Compensação (controle); e Quadro dos Superávit/Déficit Financeiro.	LF nº 4.320/64, MCASP vigente para o exercício e RN nº 02/03 TCE/AL
17	Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	LF nº 4.320/64, MCASP vigente para o exercício e RN nº 02/03 TCE/AL
18	Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna/Externa	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
19	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
20	Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício. A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta pelo Quadro Principal; Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; Quadro de Juros e Encargos da Dívida.	LF nº 4.320/64 e MCASP vigente para o exercício
21	Anexo 19 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	LF nº 4.320/64 e MCASP vigente para o exercício
22	Cópia do Plano Plurianual – PPA e das respectivas leis de alteração, se houver.	Art. 165, inc. I, §1º da CF/88, art. 176, inc. I, §1º da CE/89 e RN nº 002/2017 TCE/AL
23	Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO acompanhada, dentre outros, do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais e das respectivas leis de alteração, se houver	Art. 165, inc. II, §2º da CF/88, art. 176, inc. II, §2º da CE/89, art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, MDF vigente para o exercício e RN nº 002/2017 TCE/AL
24	Cópia da Lei Orçamentária Anual acompanhada de todos os seus anexos previstos no artigo 2º da Lei nº 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CF/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e RN nº 002/2017 TCE/AL
25	Relação de Créditos Adicionais Abertos e Reabertos por Fonte de Recursos, com as informações da lei autorizativa, unidade gestora, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade, fonte, fonte detalhada, elemento de despesa e valor: a) Detalhamento dos créditos suplementares abertos no exercício - por excesso de arrecadação – Modelo II; b) Detalhamento dos créditos suplementares abertos no exercício - por superávit financeiro - Modelo III; c) Detalhamento dos créditos suplementares abertos no exercício - por anulação - Modelo IV; d) Detalhamento dos créditos especiais abertos no exercício - por excesso de arrecadação - Modelo V; e) Detalhamento dos créditos especiais abertos no exercício - por superávit financeiro - Modelo VI; f) Detalhamento dos créditos especiais abertos no exercício - por	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL

	anulação - Modelo VII; g) Detalhamento dos créditos extraordinários abertos no exercício - Modelo VIII;	
26	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos conforme modelo do Modelo IX.	Art. 167, inc. VI da CF/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
27	Demonstrativo que evidencie a existência de excesso de arrecadação ou superávit financeiro por fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, quando for o caso, conforme Modelo X e Modelo XI, respectivamente	LF nº 4.320/64
28	Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação e Tendência do Exercício da Receita (se houver abertura de créditos adicionais por meio de excesso de arrecadação considerando a tendência do exercício).	LF nº 4.320/64
29	Relatório que demonstre o desempenho da arrecadação, destacando as providências adotadas à fiscalização das receitas e formas de combate à sonegação.	Art. 11, 12 e 58 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
30	Decreto(s), portaria(s) ou outro(s) instrumento(s) normativo(s), e respectivos anexos, que instituiu(ram) a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício, conforme art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000	Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
31	Quadro com detalhamento das limitações de empenho e movimentação financeira realizadas com base nas situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), contendo as seguintes informações, conforme Modelo XII: a) Valor contingenciado por programa, ação e natureza da despesa; b) Órgãos que sofreram limitação; c) Ato que estabeleceu a limitação.	Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
32	Indicação das medidas de ajuste fiscal adotadas para a redução da relação entre despesas correntes e receitas correntes caso algum dos Poderes tenha excedido o limite máximo previsto no art. 167-A da Constituição Federal (95%), juntamente com decreto(s), portaria(s) ou outros instrumentos normativos que as instituíram.	Art. 167-A da CF/88
33	Comprovação de medidas cautelares adotadas caso haja extrapolação dos limites prudencial e máximo de despesa com pessoal definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), acompanhado do(s) decreto(s), portaria(s) ou outros instrumentos normativos.	Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
34	Declaração do Chefe do Poder Executivo assegurando o atendimento ao artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme Modelo XIII.	Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
35	Demonstrativo dos recursos vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por fonte de recursos, contendo transferências recebidas, despesa empenhada, despesa liquidada e despesa paga, conforme Modelo XV devidamente preenchido.	Art. 212 da CF/88, Lei nº 9.394/1996 e MDF vigente para o exercício.
36	Demonstrativo dos recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) por fonte de recursos, contendo transferências recebidas, despesa empenhada, despesa liquidada e despesa paga, conforme Modelo XVI devidamente preenchido.	Art. 212-A, XI, da CF/88, Lei nº 14.113/2020 e MDF vigente para o exercício

37	Demonstrativo dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) por fonte de recursos, contendo transferências recebidas, despesa empenhada, despesa liquidada e despesa paga, conforme Modelo XVII devidamente preenchido.	Art. 198, § 3º, III da CF/88, LC nº 141/2012 e MDF vigente para o exercício
38	Demonstrativo das Receitas recebidas no exercício decorrentes de emendas parlamentares, segregando-as por tipo de emenda: individual (especial e finalidade definida) e de bancada, conforme Modelo XVIII	CF/88 e Constituição do Estado de Alagoas (CEAL/89)
39	Balancete de Verificação Anual de final do exercício, contendo a relação de todas as contas de classes 1 a 8 do PCASP que apresentem saldos iniciais (saldos de abertura do exercício - 01/01/XX) ou finais (saldos antes do encerramento do exercício - 31/12/XX) diferentes de zero ou aquelas que apresentem saldos iniciais e finais iguais a zero, mas que tenham tido movimentação (lançamentos) de débitos ou créditos durante o dos dois exercícios, correspondente ao Modelo XIX devidamente preenchido.	MCASP vigente para o exercício
40	Relatórios de Restos a Pagar, de acordo com o Modelo XX, com dados referentes à 31 de dezembro do exercício: a) Demonstrativo do Estoque de Restos a Pagar (processados e não processados) por Poder e Função, fonte, natureza da despesa até o subelemento, unidade gestora - inscritos no exercício; b) Demonstrativo do Estoque de Restos a Pagar (processados e não processados) por Poder e Função, fonte, natureza da despesa até o subelemento, unidade gestora - inscritos em exercícios anteriores que ainda possuem saldo; c) Justificativas para o cancelamento de restos a pagar processados acompanhadas de documentação comprobatória que evidencie o motivo do cancelamento.	LF nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
41	Inventário Físico de Bens Imóveis, Móveis e Almoxarifado, contendo dados como código do item, descrição do item, quantidade, valor e total, conforme Modelos XXI, XXII e XXIII	RN nº 02/03 TCE/AL
42	Cópia das normas que definiram as alíquotas de contribuição para o RPPS vigentes no exercício da prestação de contas (ativos, inativos, pensionistas, patronal e patronal especial, esta última se houver). Em caso de segregação, encaminhar as normas de ambos os planos.	Lei 9.717/98 e portaria MPS 464/2018
43	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, e os comprovantes de transferências do Município para o RPPS, correspondente aos modelos: a) Modelo XXIV – Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); b) Modelo XXIV-A – Contribuição dos Servidores Ativos, Inativos e dos Pensionistas (RPPS); c) Modelo XXIV-B – Contribuição Normal do Municípios (RPPS); d) Modelo XXIV-C – Parcelamento de Dívida Previdenciária – Demonstrativo de Recolhimento (RPPS); e) Modelo XXIV-D – Contribuição do Município – Compromisso Especial (RPPS) decorrente de Alíquota Suplementar; f) Modelo XXIV-E – Contribuição do Município – Compromisso Especial (RPPS) de corrente de aportes para cobertura de déficit atuarial; g) Modelo XXIV-F – Aporte para cobertura de insuficiência financeira eventual (RPPS).	Lei 9.717/98 e portaria MPS 464/2018

44	<p>Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, e os comprovantes de transferências do Município para o RGPS, correspondente aos modelos:</p> <p>a) Modelo XXV - Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS; b) Modelo XXV-A – Contribuição dos Segurados (RGPS); c) Modelo XXV-B – Contribuição do Município (RGPS); d) Modelo XXV-C – Parcelamento de Dívida Previdenciária – Demonstrativo de Recolhimento (RGPS);</p>	Lei 9.717/98 e portaria MPS 464/2018
45	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Decreto nº 3.788/01 da Presidência da República
46	Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, MDF vigente para o exercício e RN nº 002/2017 TCE/AL
46.1	Balanço Orçamentário	
46.2	Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa	
46.3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
46.4	Demonstrativo da Receita e Despesa Previdenciária do RPPS	
46.5	Demonstrativo do Resultado Nominal	
46.6	Demonstrativo do Resultado Primário	
46.7	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
46.8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	
46.9	Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde	
46.10	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
46.11	Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS	
46.12	Demonstrativo de Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
46.13	Demonstrativos das Parcerias Público-Privadas	
46.14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentário	
47	Relatório de Gestão Fiscal – RGF - dos três quadrimestres do período e o consolidado	Arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, MDF vigente para o exercício e RN nº 002/2017 TCE/AL
47.1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
47.2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	
47.3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	
47.4	Demonstrativo das Operações de Créditos	
47.5	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e restos a pagar	

47.6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	
48	Composição detalhada dos itens elencados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) que foram considerados no cálculo da Despesa Total com Pessoal, especificando a natureza da despesa até o nível de elemento, de acordo com o Modelo XIV.	
49	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos feitos à Câmara Municipal, com datas, valores e totalização, comprovantes bancários das transferências realizadas, acompanhado do Anexo 10 - Lei nº 4.320/64 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada) do exercício imediatamente anterior. Em caso de repasse superior à dotação autorizada na LOA, informar o decreto de crédito adicional que majorou a dotação inicial do Poder Legislativo. Na hipótese de repasse inferior à dotação fixada na LOA, evidenciar os motivos que justificaram tal situação.	Art. 29-A da CF/88
50	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CF/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 8.790/2022- LOTCE/AL, Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
51	Relatório e parecer do Conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos vinculados pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.	Lei nº 14.113/2020
52	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-AL em parecer prévio, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme Modelo XXVI.	LE nº 8.790/2022- LOTCE/AL
53	Cópia da Lei Municipal de criação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, nos moldes da IN 03/2011 - TCE/AL.	Art. 3º da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
54	Relação dos servidores municipais que desempenham as atividades inerentes ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno (nome, cargo, matrícula, tipo de vínculo).	Art. 2º da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
55	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art.11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
56	Declaração sobre a existência de sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios públicos, parcerias e assemelhados com a qualificação necessária, especialmente quanto aos seus respectivos dirigentes.	Art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
57	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).	RN nº 02/03 TCE/AL
58	Conciliações e Extratos Bancários que comprovem o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL
59	Cópias das Leis que autorizaram abertura de Operações de créditos (comuns e por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO).	RN nº 02/03 TCE/AL e Resolução do Senado Federal nº 43/2001
60	Quadro com detalhamento dos valores de operações de crédito realizadas no exercício (regime de caixa) e sua respectiva Lei autorizativa.	LF nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e Resolução do Senado Federal nº 43/2001

61	Cópia do Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e Ofícios Requisitórios da Justiça do Trabalho e relação de pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual conste a origem da ação, valor, a data de pagamentos e o nome do beneficiário.	Art. 100 da CF/88 e art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
62	Cópias das atas de audiências públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro.	Art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
63	Quadro com detalhamento das renúncias de receitas vigentes no exercício, conforme Modelo XXVII: a) Leis que as criaram/ampliaram; b) Valores das renúncias realizadas no exercício; c) Tributo relacionado à renúncia; d) Setores/programas/beneficiários; e) Modalidade de concessão; f) Medidas de compensação.	Art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
64	Declaração de envio e homologação dos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) no exercício.	Portaria MEC nº 844 de 08/07/2008 e Portaria MEC nº 768 de 04/08/2015 e MDF vigente para o exercício
65	Declaração de envio e homologação dos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) no exercício.	Art. 39, §§ 1º e 3º da LC 141/2012 e MDF vigente para o exercício
66	Declaração do gestor que está sendo cumprido o que determina no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e que o Portal da Transparência do ente contém: a) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; b) as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios; c) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos, d) o Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS); e) a cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
67	Demonstrativo da composição das deduções da Receita Corrente para obtenção da Receita Corrente Líquida e da Receita Corrente Líquida Ajustada utilizada para o cálculo dos limites de endividamento e despesa total com pessoal, tais como emenda (individual, de bancada e do relator) e entre outras, conforme Modelo XXVIII.	Lei Complementar nº 101/2000 - LRF
68	Parecer conclusivo do Conselho de saúde do Estado conforme art 36, §1º da lei complementar 141/2012.	Art 36, § 1 da lei complementar 141/2012.